

PROJETO DE PESQUISA DOCENTE

LUCIANE SILVA FRANCO

AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS NA SOCIEDADE

CURITIBA

2023

1. INTRODUÇÃO

Nas organizações empresariais acaba ocorrendo certa confusão na definição de termos como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social. Estes são a mesma coisa? E os relatórios de sustentabilidade? Qual sua importância e função perante a comunidade?

É importante conceituar a sustentabilidade, traçando seu perfil histórico desde o surgimento de conceitos em Estocolmo no ano de 1972, até 2002 com o conceito do *triple bottom line* publicado pelo *Global Reporting Initiative (ORI)*. Desta forma, compreender a forma como os executivos acabam visualizando erroneamente o conceito de sustentabilidade.

A busca pela sustentabilidade deve ser um esforço conjunto. Onde as organizações tomam essas lições e as aplicam de forma colaborativa, o impacto positivo seus esforços serão multiplicados. Os conceitos sobre a sustentabilidade de acordo com diferentes órgãos não são suficientes para trazer as ações da sustentabilidade para a prática.

Isso é particularmente verdadeiro para a empresa que considera a sustentabilidade apenas em termos de seu valor de relações públicas. A sustentabilidade pode ajudar uma empresa a evitar muitos problemas do passado, aproveitar novas oportunidades para o futuro e tornar-se parte da força vital da empresa. É necessário esclarecer como a sustentabilidade pode tornar um negócio mais forte e mais competitivo. Além disso, fortalecer o gerenciamento de riscos, conformidade, produtividade e credibilidade.

1.1 JUSTIFICATIVA TEÓRICA

É necessário retratar que o conceito da sustentabilidade não é apenas uma moda passageira. É fundamental analisar a história da sustentabilidade desde o surgimento de uma mistura de conceitos em Estocolmo no ano de 1972 até 1999 quando a Global Reporting Initiative (ORI) publicou seu esboço de Diretrizes para Relatórios de

Sustentabilidade para as organizações em 1999, que assumiu que a sustentabilidade envolvia todos os três elementos do *triple bottom-line*. As versões finais publicadas em 2000 e 2002 continuaram essa suposição (BLACKBURN, 2007).

Cabe aqui questionar sob a definição de responsabilidade econômica, social e ambiental do TBL, o que significam esses componentes? Para responder isso, o autor Blackburn (2007), aprofunda os comportamentos esperados de sustentabilidade da organização. Questões devem ser feitas, tais como: Os negócios são conduzidos de uma forma que apresenta contribuições para o bem-estar dos colaboradores e da comunidade? As operações são geridas de maneira que apresentam proteção ao meio ambiente para auxiliar na garantia de sustento das gerações futuras? Essas questões repercutem nas obrigações específicas de uma empresa - obrigações essas que podem ser gerenciadas através de uma política de sustentabilidade modelo.

O autor Blackburn (2007), procura mostrar que o objetivo de uma sustentabilidade é modificar a tomada de decisão sobre temáticas essenciais para que todos os aspectos ambientais e significativos sejam considerados na empresa. Obviamente, isto não corrobora que toda empresa precisa contribuir para um fundo de “poupar o dinheiro”. O objetivo é trabalhar com práticas que por meio da prioridade de comportamentos valorizem a sustentabilidade e a sobrevivência da empresa.

1.2 JUSTIFICATIVA PRÁTICA

Pesquisas estão envolvendo a discussão sobre o conceito da sustentabilidade, com destaque para a visão que os gestores têm a respeito dos relatórios de sustentabilidade (ARANTES, 2014; JACOBI, RAFFLET e ARRUDA, 2011; COUTINHO e FERRAZ, 1995). Muitos gestores são influenciados pela atenção dada a esses relatórios, ONGs e empresas de classificação, onde infelizmente, muitos líderes empresariais acreditam que a sustentabilidade é apenas uma questão de relato enviada para pessoas certas que julgarão.

Nenhuma das definições fornece orientação suficiente para traduzir a sustentabilidade em ação prática. Além disso, o autor Blackburn (2007), retrata que cada organização deve ajudar a assegurar a sustentabilidade de si mesma e da sociedade externa. Isto reconhece o sucesso e a sobrevivência em longo prazo. As organizações dependem do sucesso em longo prazo e da sobrevivência das comunidades em que operam. Isso exige que as empresas ajudem a melhorar o mundo externo do qual dependem.

As contribuições práticas envolvem o efeito que a ação pró-sustentabilidade tem sobre as atitudes e motivação dos funcionários e outras partes interessadas. Uma empresa que demonstra respeito à sua comunidade e cumpre suas obrigações financeiras e outras com o governo provavelmente encontrará o favor retornado na forma de relações de confiança de longo prazo para apoiar o sucesso do negócio.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o papel das ações de sustentabilidade empresarial na sociedade, visando contribuir para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis que promovam benefícios sociais.

1.3.2 Objetivos Específicos

Descrever o impacto das ações de sustentabilidade das empresas na sociedade.

Analisar o objetivo dos relatórios de sustentabilidade das organizações com fins de beneficiar a sociedade.

Pesquisar de que forma os cuidados das empresas com os riscos ambientais podem influenciar na sua sobrevivência no longo prazo.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

É preciso destacar, primeiramente, que o conceito de sustentabilidade não é visto como algo passageiro, já que em círculos governamentais na Austrália, Canadá, Europa e várias outras regiões, a sustentabilidade tem ganhado impulso. A partir disso, é analisada a história da sustentabilidade, onde se inicia a discussão do conceito em 1972, em Estocolmo durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (BLACKBURN, 2007).

Os países industrializados discutiam o que era mais relevante para proteção ambiental ou o desenvolvimento econômico. No final, chegou-se a conclusão de que ambos os aspectos (ambiental e econômico) precisavam estar inter-relacionados. Ao final da década de 1980, desastres ambientais repercutiram em protestos públicos sobre a necessidade da responsabilidade social.

Esses eventos geraram diversas leis nos Estados Unidos com exigências para que as empresas tivessem registros anuais sobre a liberação de toxinas. Além disso, começou-se a discutir a questão da segregação racial da Apartheid. O movimento ganhou força em 1976 quando a polícia sul-africana disparou contra manifestantes estudantis em Soweto. Um grande número de universidades e governos locais na Europa e nos Estados Unidos reduziram investimentos em empresas que se recusavam a reconhecer igualdade de oportunidades (BLACKBURN, 2007).

Em 1987, um grupo das Nações Unidas, a Comissão Brundtland publicou seu relatório contendo a definição de desenvolvimento sustentável mais utilizada atualmente: "Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades" (BLACKBURN, p.2, 2007).

Em 1997, o britânico John Elkington introduziu um termo extraído da contabilidade financeira: o *triple bottom line* (TBL). Com isso, ele quis relatar que para atingir a sustentabilidade, é necessário alcançar além do desempenho econômico do "bottom-line", o desempenho ambiental e social (BLACKBURN, 2007).

A *Global Reporting Initiative* (ORI) publicou seu esboço de Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade para as organizações em 1999, assumiu que a sustentabilidade envolvia todos os três elementos do TBL. As versões publicadas em 2000 e 2002 também assumiram esse conceito (BLACKBURN, 2007).

Com o surgimento do TBL, todos os diferentes conceitos que envolvem responsabilidade social foram se unindo. No entanto, há muitos que afirmam que esses termos envolvem significados diferentes. No geral, a responsabilidade social é somente um dos três pilares do TBL que retratam aspectos comunitários e dos funcionários.

A responsabilidade corporativa é um sinônimo de responsabilidade social, em seu conceito geral na ética dos negócios. Alguns sugerem que a cidadania corporativa tem uma ênfase voltada nas atividades dentro

das comunidades locais, com âmbito mais social do que ambiental. A principal diferença citada entre sustentabilidade e a responsabilidade e cidadania é que os últimos termos, geralmente excluem a viabilidade financeira de uma empresa prosperar como um negócio.

Independente das palavras que serão utilizadas, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, precisam, no entanto, ser explicados nas universidades e aos colaboradores das empresas, voltados ao viés do seu significado histórico. Para atingir nossos objetivos, sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável são os termos mais adequados, devido a sua amplitude, origem e inclusão do sucesso financeiro de uma organização. Pois, o sucesso financeiro é fundamental em uma iniciativa de sustentabilidade da empresa, pois sem ela a organização não pode apresentar contribuições para o bem-estar da comunidade ou colaboradores.

Diante disso, vale ressaltar a importância dos executivos reverem seus conceitos sobre a sustentabilidade, visto que os mesmos acabam, erroneamente, achando que a maioria dos dados apresentados nos relatórios serve apenas para fazer uma exibição entre colegas e críticos, muitos valorizam apenas a materialidade produzindo extensos documentos que a maioria acaba não lendo (JACOBI, RAFFLET e ARRUDA, 2011).

A sustentabilidade não é um termo de estagnação, mas um termo de progresso para uma vida melhor. A definição dos 2Rs (reutilizar e reciclar) de sustentabilidade engloba a versão apresentada pela Comissão Brundtland da ONU (um legado suficiente para as gerações futuras), bem como o TBL de Elkington, ou seja, desempenho econômico, social e ambiental (BLACKBURN, 2007).

Também parece consistente com várias outras definições, o SIGMA é uma iniciativa lançada pelo Departamento de Comércio e Indústria do Reino Unido. As organizações buscam a sustentabilidade gerenciando ativamente e aprimorando cinco tipos de ativos: (1) capital natural (o meio ambiente); (2) capital humano (pessoas); (3) capital social (relações sociais e estruturas); (4) capital manufaturado (ativo fixo); e (5) capital

financeiro (lucros e perdas, vendas, ações, dinheiro, etc.). A sustentabilidade é alcançada vivendo-se da renda (fluxos ou produtos) dessas capitais, em vez de degradar as próprias capitais (BLACKBURN, 2007).

Questiona-se do ponto de vista de uma empresa, a sustentabilidade econômica é mais importante do que a sustentabilidade social ou ambiental? O desempenho econômico é algo que está nas prioridades de uma empresa e a falta do mesmo é comumente fatal para a carreira da organização. Os lucros são o elo de sobrevivência da empresa, mas o fracasso de uma empresa em avaliar seus riscos e oportunidades socioambientais pode retardar significativamente seu desempenho econômico e enfraquecer sua posição competitiva.

É necessário analisar a visão restrita de muitos executivos a respeito dos relatórios de sustentabilidade. Os mesmos questionam sobre o caso de negócio para a sustentabilidade pensando no valor comercial com uma visão muito restrita. Os executivos precisam ver que tal relatório proporcionou ganhos identificáveis nas vendas, no preço das ações ou na motivação dos trabalhadores.

Para um relatório de sustentabilidade bem construído perguntas devem ser feitas, tais como: as operações e funções de negócios realizam planejamento de curto e longo prazo de forma a antecipar tendências futuras? Esse planejamento envolve um processo onde grupos operacionais identificam riscos e oportunidades de negócios e os priorizam para a ação?

Um sistema operacional de sustentabilidade, denominado pelo autor Blackburn (2007), como "SOS" é uma maneira sistemática e eficiente de identificar e perseguir questões de sustentabilidade de alta prioridade - um método de prospecção de valor de negócios.

As empresas cada vez mais adotam os princípios da sustentabilidade, comumente definida como a integração das dimensões econômica, ambiental e social. Especial atenção é dada às inovações de produtos voltadas para a sustentabilidade: esses produtos são considerados uma importante fonte de questões relacionadas à

sustentabilidade e essenciais para explorar novos segmentos de clientes e mercados (SACHS, 2002). No entanto, as inovações voltadas para a sustentabilidade são altamente arriscadas: não apenas o sucesso do produto no mercado é incerto, mas também a direção dos impactos da sustentabilidade da inovação, ou seja, se eles contribuem de forma positiva ou negativa para a sustentabilidade.

De acordo com Hansen, Grosse-Dunker e Reichwlad (2009), as inovações são descritas como produtos qualitativamente novos que diferem significativamente de uma condição comparável. As inovações de produtos sustentáveis são de grande interesse para as empresas, introduzindo o conceito de inovações orientadas para a sustentabilidade.

As organizações cada vez mais adotam os princípios do crescimento sustentável. O Conceito de Sustentabilidade foi inicialmente definido pelo Relatório Brundtland em 1987 como uma noção política. O patrimônio social de uma empresa normalmente consiste em capital financeiro, natural e humano (HANSEN, GROSSE-DUNKER e REICHWLAD, 2009).

O conceito de “triple bottom line” identifica somente aquelas atividades empresariais que são sustentáveis, o que resulta em manter ou aumentar o patrimônio social de uma empresa. Assim, a sustentabilidade corporativa geralmente é descrita como a incorporação das dimensões econômica, ambiental e social à prática de negócios. Essa perspectiva centrada em recursos faz da sustentabilidade um interesse fundamental para todos os negócios e uma base para maximizar os lucros (BARBIERI et al., 2010).

De uma perspectiva mais orientada pelo mercado, a sustentabilidade oferece um potencial significativo para obter uma vantagem competitiva. De maneira geral, podem ser distinguidos seis potenciais de mercado: redução de despesas, aumento da confiabilidade, planejamento de confiabilidade, garantia de legitimidade, aquisição de novos segmentos de clientes e desenvolvimento de novos segmentos de produtos e negócios.

Da mesma forma, existem grandes oportunidades para inovação e

novos empreendimentos. Quando nos referimos a projetos de inovação de produtos, estamos falando de potenciais ideias de produtos e conceitos de inovação que ainda não foram introduzidos no mercado. O foco está nos estágios de desenvolvimento e produção de inovação de produtos e projetos. Seguindo o conceito da regra do capital constante, que visa preservar o patrimônio social de uma empresa, Barbieri et al. (2010) descreve “inovações relacionadas à sustentabilidade” como inovações gerenciadas, onde mais critérios de metas são integrados e compatíveis entre si.

Inovações orientadas para a sustentabilidade são definidas como inovações que são percebidas individualmente como agregando valor ao patrimônio social da empresa como um todo. A dimensão do ciclo de vida não é suficiente para fornecer uma estrutura de avaliação para a sustentabilidade. Portanto, os pesquisadores identificam diferentes fases em que os efeitos da sustentabilidade ocorrem (HANSEN, GROSSE-DUNKER e REICHLAD, 2009).

Tradicionalmente, os pesquisadores analisaram os aspectos organizacionais, incluindo processos de produção e aspectos relacionados à segurança ocupacional, saúde e meio ambiente. Uma perspectiva holística que abrange todo o ciclo de vida também inclui os efeitos da sustentabilidade na fase de uso e no fim de vida. Isso é importante para compreender os efeitos de sustentabilidade da inovação.

Na dimensão do ciclo de vida, tanto empresas quanto especialistas em pesquisa destacam que uma avaliação do ciclo de vida implica uma abordagem mais holística da sustentabilidade: a incorporação de uma consideração do ciclo de vida é benéfica para delinear os subsequentes efeitos de sustentabilidade, por exemplo, durante o uso de produtos. Esses efeitos ainda são pouco considerados (HANSEN, GROSSE-DUNKER e REICHLAD, 2009).

No século XXI, a partir de 1980, são diversas as correntes interessadas em compreender a relevância e o verdadeiro papel da localização para o êxito de setores industriais. Durante o período de transição do modelo fordista, conhecido por mudanças significativas em

termos de tecnologia e organização, os estudiosos notaram que enquanto as grandes empresas enfrentavam dificuldades, arranjos compostos por pequenas e médias empresas demonstravam maior flexibilidade e capacidade de adaptação (FURLANETTO, CÂNDIDO e MARTIN, 2011).

No entanto, pode-se afirmar que as pesquisas sobre “aglomerados industriais”, “Sistemas Locais de Produção” ou aqueles comumente chamados no Brasil de “Arranjos Produtivos Locais” (APL) geram as vantagens competitivas dos arranjos cooperativos multilaterais, os quais têm se mostrado instrumentos valiosos para o crescimento de uma comunidade local (FURLANETTO, CÂNDIDO e MARTIN, 2011).

Existem autores renomados que investigam a problemática ambiental, e nesse contexto existem várias correntes, com destaque para aquela que defende o conceito de desenvolvimento sustentável, na qual se destacam pesquisadores como Ignacy Sachs e Maurice Strong. Pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável representa um novo paradigma de desenvolvimento, uma nova filosofia de crescimento econômico que, por meio de uma perspectiva multidimensional, busca articular a economia, o meio ambiente, a política, a cultura e as dimensões sociais e demográficas (FURLANETTO, CÂNDIDO e MARTIN, 2011).

Nesse aspecto, a sustentabilidade corporativa surge como uma necessidade de uma nova abordagem por parte das organizações, por meio de um modelo de gestão que permita a atuação nas dimensões social e ambiental, as quais, aliadas à prática da governança, tenham um impacto positivo na dimensão econômica e agreguem valor à organização a médio e longo prazo.

Pode-se afirmar que existem diversos conceitos e interpretações sobre a sustentabilidade, destacando-se: Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Governança Corporativa, Eficiência Ambiental, Avaliação do Ciclo de Vida, Produção mais Limpa e Relatórios de Sustentabilidade Corporativa - Iniciativa Global de Relatórios (GRI). Esses modelos foram desenvolvidos para avaliar empresas e, portanto, não são adequados à realidade dos Arranjos Produtivos (FURLANETTO, CÂNDIDO e

MARTIN, 2011).

É fundamental que o espaço geográfico onde esses Arranjos estão inseridos demonstre bom desempenho nos indicadores de sustentabilidade desenvolvidos para medir a sustentabilidade de espaços geográficos, como os municípios.

A análise da competitividade deve levar em consideração os processos internos da empresa e da indústria, bem como as condições econômicas gerais do ambiente, levando em conta o setor econômico em que a empresa está inserida. Desta forma, de acordo com Furlanetto, Cândido e Martin (2011) o modelo de competitividade apresentado é composto por fatores de sucesso divididos em três níveis:

1º Nível da empresa (fatores empresariais);

2º Nível da indústria e do mercado (fatores estruturais); e

3º Nível do sistema produtivo como um todo (fatores sistêmicos).

A RSE (Responsabilidade Social Empresarial) é considerada um dos papéis da empresa na construção do bem-estar socioeconômico-ambiental para diversos públicos do negócio, por meio de ações planejadas, estruturadas e sustentáveis. Dessa forma, nessa proposta metodológica, a RSE é avaliada a partir da perspectiva da sustentabilidade, no sentido de que a empresa demonstre uma postura responsável em relação ao meio ambiente e à sociedade.

A referência de Coutinho e Ferraz (1995) pode ser utilizada, pois os instrumentos de pesquisa devem abranger variáveis relacionadas aos três níveis de fatores de sucesso da competitividade: fatores sistêmicos, empresariais e estruturais.

Os sete temas em que a Responsabilidade Social Empresarial é dividida e que foram transformados em diretrizes são: Valores e Transparência, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade, Governo e Sociedade. As empresas devem seguir essas diretrizes para serem consideradas socialmente responsáveis (FURLANETTO, CÂNDIDO e MARTIN, 2011).

A promoção do desenvolvimento em uma determinada região deve ser feita de maneira a beneficiar a sociedade, sem comprometer as

condições das gerações futuras. Além disso, o desenvolvimento deve permitir que uma das principais razões de existência das empresas seja alcançada: a geração de lucros para seus acionistas.

Nesse sentido, compreende-se que a utilização das ferramentas de pesquisa propostas possibilitará a obtenção de informações relevantes para a formação da vantagem competitiva e orientação na definição e redefinição de políticas públicas nas comunidades locais.

Existe uma falta geral de reconhecimento da necessidade de treinamento ambiental decorrente de recursos limitados de gestão. Há uma grande necessidade de educação e treinamento para garantir que os altos gerentes das PMEs (Pequenas e Médias Empresas) estejam cientes de suas responsabilidades ambientais e possam demonstrar os benefícios comerciais de adotar práticas de gerenciamento ambientais aprimoradas (KEMP, BARDON e SMITH, 1997).

A educação e o treinamento devem ser requisitos essenciais para que esse setor da indústria desempenhe seu papel na busca pelo desenvolvimento sustentável. No entanto, isso cria um dilema para as autoridades locais em relação ao seu papel no fornecimento de treinamento para o setor privado (KEMP, BARDON e SMITH, 1997). É importante analisar uma maneira pela qual o governo local pode aumentar a conscientização ambiental nas empresas locais e, assim, cumprir parte de suas obrigações conforme a Agenda 21.

A regra fundamental que a educação e a formação desempenham na promoção do desenvolvimento sustentável é apoiada pelo relatório de progresso da Comissão Européia "Rumo à Sustentabilidade" ao fornecer prioridade ao desenvolvimento de programas de cursos e seminários para planejadores de políticas, gerentes de transporte e consultores (KEMP, BARDON e SMITH, 1997).

Além disso, incentivar iniciativas de desenvolvimento local para projetar programas de educação e treinamento profissional que integrem considerações ambientais em sua estratégia geral de oferecer oportunidades de emprego sustentáveis em suas comunidades. Reconhece-se que, para a maioria das organizações de grande porte, o

treinamento de funcionários, incluindo questões ambientais, é possível por causa dos recursos financeiros e humanos disponíveis para a empresa.

Segundo Welford e Gouldson (1993), os gerentes de pequenas empresas não têm acesso tão fácil a informações ambientais, e muitos não têm capitais ou experiência para introduzir sistemas de gerenciamento complexos.

Hyde (1992) propõe que aumentar a conscientização por meio de educação e treinamento é um dos primeiros passos para melhorar o desempenho ambiental. O princípio em questão é como isso pode ser alcançado em um setor da indústria notoriamente reticente na assimilação de questões ambientais. Uma solução poderia ser a adoção de um papel mais estratégico, treinando organizações que devem conhecer os requisitos de empresas menores e poder oferecer serviços de treinamento adequados.

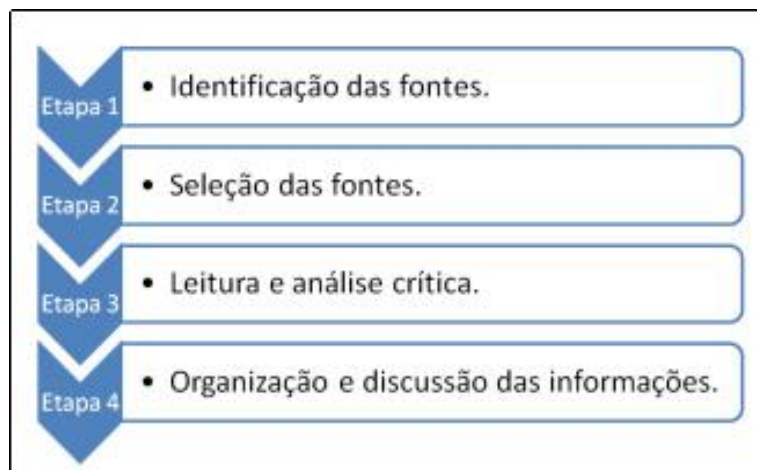
Para as menores empresas, o treinamento precisa ser conciso e de relevância direta (KEMP, BARDON e SMITH, 1997). Além disso, esse treinamento precisa incorporar habilidades práticas de gerenciamento baseadas em competências e, o mais importante, ser acessível (comprometimento financeiro e pontual).

É necessário o desenvolvimento de um treinamento em gestão ambiental baseado em competências concentrado nas PME's. Neste cenário, cabe pesquisar os benefícios sobre o investimento inicial de programas de treinamento nas indústrias. Além disso, analisar "melhores práticas" de programas de treinamento em estudos de caso ambientais, e a integração destes em uma estrutura de desenvolvimento sustentável.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo do projeto será realizada uma revisão sistemática de literatura, onde serão abordadas as teorias e conceitos relevantes para o tema, além de apresentar pesquisas importantes e suas principais discussões. A Figura 1 apresenta as etapas adotadas para a pesquisa.

FIGURA 1 - Etapas da metodologia



Fonte: autoria própria (2023)

Para identificação das fontes de informação relevantes para o tema, serão utilizados materiais (livros, capítulos de livros e artigos científicos). A busca será realizada por meio da combinação de palavra-chave nas bases de dados *Scopus*, *Scielo* e *Google Scholar*.

Serão selecionadas obras que tenham relação com tema de indústria 4.0 e gestão sustentável, com abordagem baseada em tecnologia e inovação. Será realizada a leitura e análise crítica das fontes consideradas pelo pesquisador como mais viáveis para o estudo. Será realizado o fichamento das obras dos principais autores sobre a temática com a resumo do conteúdo e citações e conceitos fundamentais.

De acordo com Creswell (2010), um resumo de artigo, livro ou capítulo de livro consiste em determinadas etapas, tais como: mencionar o problema que está sendo tratado; apresentar o objetivo proposto; apresentar informações breves sobre a amostra ou indivíduos; examinar os resultados da pesquisa; e, caso, seja um estudo de pesquisa bibliográfica, identificar falhas metodológicas do estudo.

Após esta etapa, será realizada uma análise crítica dos textos fichados, relacionando as informações com conhecimentos teóricos da área e identificando lacunas ou pontos de divergência.

Após a sistematização dos dados bibliográficos, será utilizada uma ferramenta prática de análise para avaliar o ambiente organizacional de forma prática com sugestões de melhorias para o problema de pesquisa

proposto. A ferramenta utilizada será análise SWOT para identificar pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças no atual cenário.

A partir desta análise o trabalho desenvolvido será apresentado e publicado em eventos de natureza acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARANTES, E. C. **Empreendedorismo e responsabilidade social**. 2 ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F.

C. Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. **RAE - São Paulo**, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.

BLACKBURN, W. R. **The Sustainability Handbook: the complete management guide to achieving Social, Economic and Environmental Responsibility**. Cap. 1, 2 e 3. London: Earthscan, 2007.

COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, João C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FURLANETTO, E. L; CÂNDIDO, G. A; MARTIN, M. de F. **Sustentabilidade em Arranjos Produtivos Locais: uma Proposta Metodológica de Análise**. GESTÃO.Org Revista Eletrônica de Gestão Organizacional - v 1. n. 9, p. 195 - 225, jan./abr. 2011.

HANSEN, E. G; GROSSE-DUNKER, F; REICHLAD, R. **Sustainability Innovation Cube - A framework to evaluate sustainability of product innovations**. Paper presented at XX ISPIM Conference 2009 - "The Future of Innovation", June 21-24, 2009, Vienna, Austria.

HYDE, D. **Environmental Education and Training**. CBI: London, 1992.

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **Rev. Adm. Mackenzie**. vol. 12, n. 3, p. 21-50, 2011.

KEMP, R. G; BARDON, K. S; SMITH, M. A. A Role For Local Authorities In Environmental Training. **Sustainable Development**, Vol. 5, 79-85, 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WELFORD, R. AND GOULDSON, A. **Environmental Management and Business Strategies**. Pitman Publishing, London, 1993.